CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ata da Reunião Ordinária de Agosto – 2025 - Data: 25 de agosto de 2025

Inicio: 14h00min Término: 17h

Local: Auditório do Paço Municipal

Reunião em modo: Presencial

LISTA DE PRESENÇA

SEMAS: Júlia Holst Faustini, Gabriela Pascoal Certório e Monique Franco M. Bastos

Secretaria Municipal Adjunta de Saneamento: Rodrigo Mariano da Silva

Associação Raízes: Jane da Conceição Ribeiro da Costa

S.O.S Praia do Pecado: Leonardo Pereira Machado

Instituto Visão Social: Bernadete Vasconcellos

OAB/RJ: Milena Rocha

Convidados: Wagner Nunes Firmino, Joanai Silva de Oliveira, Rosana Aguilar, Fernanda Norberto e Alessandra Veloso

INSTITUIÇÕES AUSENTES

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Saúde;

Procuradoria Geral do Município;

Secretaria Municipal de Obras;

Secretaria de Ordem Pública;

Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia;

Secretaria Municipal Adjunta de turismo;

Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa de Macaé;

CBH;

CDL;

ACIM;

Entidade Pesqueira;

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU-RJ;

NUPEM;

Instituição Técnico Científica – UFF.

JUSTIFICATIVAS

PAUTA

I. PEQUENO EXPEDIENTE

1. Verificação de quórum;
2. Aprovação da ata anterior;
3. Leitura do expediente;
4. Comunicações:

a) Soltura de dois casais de micos-leões-dourados;

b) Informes sobre a diagramação e publicação do Manual de Arborização Urbana do Município de Macaé, aprovado na última reunião do conselho;

c) Regulamentação dos procedimentos operacionais para a conversão de multa ambiental por meio da celebração de Termo de Compromisso de Conduta Ambiental (TCCA);

d) Banco de Projetos de Conversão de Multa Ambiental (BProcam);

e) Criação da comissão de revisão do Banco de Projetos;

f) Publicação do Edital de audiência pública do Projeto Restinga Boa e Restinga Nativa – Praia do Pecado;

g) Publicação do Edital de audiência Banco de Projetos;

h) Publicação do Edital referente ao Cadastro de ONGs Ambientais Municipais;

i) Estudo de pertinência do ajuste da demarcação da UC Pico do Frade em razão da pré-existência da usina hidrelétrica de Gliceiro.

5. Tribuna Livre:

II.GRANDE EXPEDIENTE

Apresentação do Projeto Restinga Boa e Restinga Nativa.

III. ORDEM DO DIA

1. Proposta de Criação e Deliberação sobre Comissão Técnica de Educação Ambiental:

a) Composição: 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes, escolhidos entre os Conselheiros do COMMADS;

b) Atribuições e Objetivos:

b.1) Propor diretrizes, programas e ações para fomentar a educação ambiental no município, em consonância com as políticas públicas;

b.2) Estimular a conscientização e a participação da comunidade em temas relacionados ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável;

b.3) Apoiar e avaliar projetos e iniciativas de educação ambiental apresentados ao Conselho;

b.4) Elaborar pareceres técnicos sobre propostas e demandas que envolvam a temática da educação ambiental;

b.5) Promover a articulação entre os diversos setores da sociedade para o desenvolvimento de atividades educacionais ambientais.

IV. INFORMES GERAIS: SEMAS

PEQUENO EXPEDIENTE: Verificado o quórum, O Presidentes do COMMADS, Phelipe Smith, deu início à 8ª reunião ordinária do COMMADS de 2025. O Secretário Executivo Hélio Marcio pediu que os conselheiros evitassem se manifestar de suas cadeiras e fizessem suas falas ao microfone para garantir o registro de suas intervenções. Submeteu a ata da reunião referente a maio, mas que foi realizada em início de junho, à aprovação do Conselho e esta foi aprovada por unanimidade e sem retificações. Passou-se à leitura do expediente, das comunicações e da ordem do dia. O Presidente do Conselho Phelipe Smith deu informações sobre o processo de solturas de casais de micos-leões-dourados no Parque Atalaia com dois registros de nascimentos de filhotes, que costumam nascer gêmeos, com previsão de mais solturas até o final do ano, totalizando cerca de 17 indivíduos, encerrando um ciclo e dando início a uma nova etapa de novas solturas em grupos, a partir de 2026, o que gerará uma boa população de micos-leões-dourados na Mata Atlântica de Macaé. Explicou se tratar de uma parceria com a Associação do Mico Leão Dourado, que participou de reuniões preparatórias, simpósio e assinatura de termo de cooperação, e que, a partir de agora seria ainda mais importante a realização de um trabalho conjunto com a Guarda Ambiental e a polícia, para proteger esses animais na nossa região. O Secretário Executivo Helio Márcio deu informes sobre a diagramação e publicação do manual de arborização. Explicou que a SECOM está dando assistência, que as imagens já foram substituídas visando prevenir problemas com direitos autorais, e que foram feitos outros ajustes técnicos no texto, dentre os quais se destacam a correção de grafias imprecisas e a padronização de diferentes unidades de medida que apresentavam divergências, visando a máxima clareza e precisão da informação. Sobre a Regulamentação dos procedimentos operacionais para a conversão de multa ambiental por meio da celebração de Termo de Compromisso de Conduta Ambiental (TCCA), explicou que foi publicado no diário oficial de 20 de agosto de 2025, edição 1270, páginas 4 a 6, como Instrução Normativa 01/2025, que trata da conversão de multas em serviços ambientais por meio de projeto próprio ou adesão a um dos projetos do Banco de Projetos da SEMAS. Apontou a possibilidade de se reduzir o valor de uma multa em até 50%, se o pedido de conversão for feito até antes do término do prazo de defesa, em até 30% após as impugnações iniciais e, após o julgamento e antes da inscrição na dívida ativa, é só 20% de redução. A implementação do Termo de Ajuste de Conduta e Compromisso

Ambiental (TCCA) representa um avanço estratégico na gestão das sanções administrativas, configurando-se como um valioso instrumento de conciliação que busca a reparação ambiental efetiva e a pacificação social, ao mesmo tempo em que otimiza a redução do número de litígios e o acúmulo de processos. Ao converter a multa em ações de educação ambiental, o TCCA confere à sanção um importante caráter educacional e ressocializador para o infrator. A redução do valor da multa condiciona-se à sua participação ativa no compromisso de prestar serviços ambientais, mesmo que por meio de terceiros, inserindo-o diretamente na reparação e conscientização. É fundamental destacar que, embora a multa seja ajustada, a obrigação de reparar integralmente o danc ambiental gerado permanece inalterada, reforçando a tríplice função da sanção: preventiva, repressiva e agora, marcadamente, educacional. A título exemplificativo e a fim de ilustrar a aplicação dos procedimentos ora estabelecidos, informou-se que um dos primeiros Termos de Ajuste de Conduta e Compromisso Ambiental (TCCA) em fase inicial de tratativas envolve uma instituição religiosa que incorreu em infração ambiental. Como contrapartida à penalidade, a instituição se comprometeu a viabilizar serviços ambientais de relevância social: a promoção de visitas de crianças da rede pública a unidades de conservação. Ressaltou-se, ad cautelam, que é imperativo não confundir a natureza confessional da instituição com o *múnus publicum* do serviço ambiental a ser prestado por meio do termo de compromisso. A Coordenadora de Políticas Públicas, Senhora Felícia, será a responsável pelo cadastro das escolas públicas municipais interessadas, priorizando aquelas situadas em localidades de maior vulnerabilidade social, sob o prisma de que nestes locais as crianças possuem, via de regra, menor acesso a opções de lazer e contato direto com o meio natural. Com efeito, a expectativa é que, ao longo de 14 meses, este primeiro TCCA possibilite à instituição autuada organizar a logística necessária para que um significativo número de crianças possa experienciar e interagir com o patrimônio natural das unidades de conservação, cumprindo uma função pedagógica e de conscientização ambiental de inestimável valor. Informou que a coordenadora de políticas públicas, a senhora Felícia, estará fazendo o cadastro das escolas públicas municipais que têm interesse e que estão situadas em localidade de maior vulnerabilidade, por se entender que nestas localidades vivem crianças que têm menos opção de lazer e de contato com a natureza. Portanto, alegou que, com esse primeiro TAC, a instituição autuada, ao longo de 14 meses, viabilize a logística necessária para levar um número X de crianças para visitar unidades de conservação. Completou que também serão indicados pela instituição religiosa, dez pessoas, que vão receber uma capacitação em educação ambiental, dos técnicos da SEMAS, para acompanhar essas visitas, visando o aumento do nível de comprometimento e consciência ambiental por parte do infrator. Deu informações sobre a criação do Banco de Projetos de Conversão de Multa Ambiental e sobre a criação da Comissão de Revisão do Banco de Projetos, que estão ocorrendo por meio de editais e que, no caso da comissão, está-se propondo uma renovação e ampliação da equipe, de 3 para 5 membros. Disse que foram publicados 3 editais que se relacionam: um edital fazendo um chamamento público para cadastramento de ONGs, outro edital fazendo chamamento público de entidades acadêmicas e o 3° edital, para formação de banco de projetos, todos publicados dia 16 de agosto, nas páginas 7, 8 e 9 do Diário Oficial. Explicou que os projetos recebidos serão anonimizados e que, caso a empresa solicite informações sobre ONGs que possam executar projetos ambientais, será disponibilizado o cadastro de ONGs, o que garante a devida transparência, lisura e impessoalidade ao processo. Acrescentou que o cadastro de ONGs também se constituirá como banco de dados que subsidiará os processos de mobilização da sociedade civil para a renovação de mandatos nos colegiados e fóruns de participação. Comunicou a publicação do edital convocando para a audiência pública sobre o projeto Restinga Boa é Restinga Nativa, prevista para o dia 2 de setembro, na Cidade Universitária. Reforçou o convite para todos os conselheiros. Disse que o edital foi publicado no dia 8 de agosto, na página 4 do Diário Oficial. Destacou que foram previstas apresentações técnicas dos conselheiros Thièrs Wilberger, Rodrigo Lemes e da Coordenadoria de Arborização, sobre o assunto. Passando ao tópico das comunicações Estudo de pertinência do ajuste da demarcação da UC Pico do Frade em razão da pré-existência da usina hidrelétrica de Gliceiro, o Secretário Executivo anunciou a presença do sr. Joandes, coordenador da empresa Contageração, empresa responsável pelas usinas hidrelétricas da região, que levantou a questão da necessidade de ajuste na demarcação, o que está sendo analisado pela gestão. Citou a Lei 9.985 de 2000 que, em seu artigo 12, diz: "monumento natural tem como objetivo preservar

o sítio natural raro, singular ou de grande beleza cênica. Parágrafo 1º - O monumento pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizá-lo aos objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais pelo proprietário, havendo incompatibilidade entre o objetivo da área e as atividades privadas, ou não havendo a aquiescência do proprietário, as condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade, para a coexistência do monumento natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada de acordo com o que dispõe a lei." Concluiu que há um impasse técnico, jurídico e ambiental a ser arbitrado, na medida em que a usina hidrelétrica não se classifica como uma atividade permitida dentro das condições da demarcação, restando duas opções: desapropriar e desmontar a usina, com respectivos custos e impactos ambientais do processo de demolição das estruturas. ou proceder o ajuste na demarcação. Atribui o impasse ao fato de não se ter realizado uma audiência pública à época. Explicou que a gestão iniciou estudos sobre o assunto, mas que não se decidiu nada, e que o assunto estava sendo trazido para o Conselho para se garantir a devida transparência no processo decisório. Disse que há uma proposta ainda não totalmente amadurecida de que a usina doasse o dobro da área em questão, do outro lado, para o município. Explicou que também foi ventilada uma possibilidade de a usina construir uma sede e fazer a manutenção dessa sede da UC durante um período a ser estabelecido. Ponderou que tanto a permanência da usina quanto sua demolição trarão impactos ambientais que precisarão ser avaliados. Anunciou o fim das comunicações e início da Tribuna Livre.

TRIBUNA LIVRE: A Conselheira Bernadete Vasconcelos se referiu às árvores como seres vivos a serem respeitados e dos quais os moradores da cidade dependem para poderem respirar. Disse que a tendência, com o aumento da quantidade de empreendimentos, como termoelétricas, é aumentar a poluição e de Macaé se assemelhar cada vez mais à Cubatão, com um aumento grande de casos de problemas respiratórios. Contextualizou sobre a ineficácia de se substituir árvores antigas por mudas, sobre o quanto é difícil e custoso fazer a manutenção das mudas novas, especialmente em um contexto de escassez hídrica, de instabilidade climáticas e incêndios. Defendeu um aumento do valor das multas sobre supressões vegetais não autorizadas. Se opôs à reativação da hidrelétrica de Glicério argumentando que era importante zelar pelas águas dos rios da região. Rosana do NEA-BC leu um documento que abordou planos de arborização em países desenvolvidos que fazem uso de dados científicos para o planejamento detalhado, que inventariam as árvores, que acompanham o ciclo de vida delas, entre outras práticas avançadas, com monitoramento contínuo e participação comunitária. Relatou, com tristeza, o fato de terem envenenado uma árvore que ela havia plantado e dado o nome de suas filhas. Expôs que já fez solicitações para o poder público avaliar a situação da árvore, que tem pedido providências desde 2019. Pediu maior atenção e apoio ao Horto Municipal e seus funcionários. O Conselheiro Leonardo Machado pediu uma questão de ordem e citou que o regimento interno não prevê uma delimitação fixa de 2 minutos por cada conselheiro inscrito na Tribuna Livre, mas sim 15 minutos a serem distribuídos aos inscritos no início da reunião, que como se inscreveram 5, cada um poderia ter direito a 3 minutos ao invés de 2 minutos. Compartilhou sua angústia diante de uma falta de comunicação entre os entes que atuam na área ambiental em Macaé. Disse que encaminhou ao Secretário imagens e relatos sobre podas e cortes agressivos de árvores, realizados pela Secretaria de Serviços Públicos, na descida da Ponte da Barra e na Rua da Igualdade, na Imbetiba. Questionou a autonomia conferida aos Serviços Públicos para a realização deste tipo de atividade. Solicitou que o Secretário de Serviços Públicos seja chamado para falar sobre as podas e cortes de árvores, no COMMADS. Pontuou que esse assunto tem sido reiterado no Conselho e é motivo de aflição sua, das conselheiras Jane, Bernadete, Rosana e da maioria da sociedade civil presente. A Conselheira Jane da Conceição apoiou as falas do Conselheiro Leonardo e da Rosana, demonstrou preocupação com os micos leões dourados e com o restante da fauna, por conta das atividades de caça e de tráfico de animais silvestres. Relatou que terá dificuldade de se cadastrar como ONG e de cadastrar o projeto das corujas buraqueiras, entre outras coisas, por dificuldades financeiras e de disponibilidade de tempo. Sobre o projeto de recuperação das plantas nativas da restinga e de retirada das exóticas, defendeu que os moradores sejam ouvidos e disse ter receio do resultado do trabalho que será realizado. O sr. Joandes disse que a empresa na qual trabalha instalou o processo de recuperação da PCH em Glicério, desde 2013, que houve uma audiência pública sobre a criação da MONA do Frade, em 2019 em Glicério, com

todos os órgãos do governo, e que, a criação da unidade de conservação se deu em 2021. Arguiu que a empresa da qual faz parte não foi convidada para a audiência pública. Disse que estão buscando uma conciliação entre os interesses ambientais, da ANEEL, da empresa e do município. O Secretário Executivo deu esclarecimentos para a Conselheira Jane da Conceição sobre a possibilidade de ela se cadastrar como movimento ou coletivo, sem exigências de formalidades como CNPJ e Estatuto. Na sequência encerrou a Tribuna Livre e anunciou o Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE: A servidora e engenheira florestal Alessandra Veloso iniciou a apresentação do projeto Restinga Boa, Restinga Nativa, caracterizando-o como um projeto de restauração florestal, o segundo realizado pela coordenação, com foco atual na orla da Praia do Pecado, abrangendo também a área dos quiosques da Lagoa, totalizando uma área aproximada de 19.300 m^2, um pouco menos que 2 hectares. Explicou não se tratar apenas de intervenção na faixa de restinga ocupada por espécies exóticas e exóticas invasoras, mas de um trabalho mais abrangente de recuperação. Citou como principais espécies arbóreas exóticas a casuarina e a amendoeira, apontou que, em diversos fragmentos encontra-se agrupamentos de amendoeiras, muitos arbustos de yucca e alguns indivíduos de leucena. Afirmou que foram identificados cerca de 21 fragmentos com estas características, e que usam o termo "ilhas" para se referir a estes fragmentos. Explicou que foram feitos registros por fotos e demarcações por GPS dos indivíduos, pequenos grupos e ilhas e que, com este levantamento, foi possível averiguar que aproximadamente 5.000 m^2 da faixa de restinga está ocupado por vegetação exótica e invasora. Acrescentou que também foi incluso no manejo técnico os cactos palma brava. Compartilhou que o trabalho será iniciado pelas árvores de saúde debilitada, pelas já mortas e pelas árvores com muita tortuosidade e que tendem ao desequilíbrio. Expôs que, segundo as vistorias realizadas, estas árvores chegam a um número de cerca de 60 indivíduos. Detalhou que cada árvore que será suprimida está identificada, avaliada e planilhada com sua respectiva justificativa para supressão. Exemplificou diversos casos e apresentou inúmeros critérios de justificação do manejo. Dentro desse manejo, citou a importância de um ordenamento da orla, do cercamento das áreas de restinga para a sua melhor recuperação e a diminuição dos acessos à praia que, atualmente se encontram em quantidade excessiva. Disse que a vegetação da Praia do Pecado tem uma boa diversidade, com espécies difíceis de serem encontradas na orla, e que é diferente da faixa de restinga da Praia Campista, onde um trabalho semelhante foi feito pela equipe técnica. Explicou sobre as características da restinga, sobre não ser comum haver espécies arbóreas, e sobre as técnicas de plantio, enriquecimento e condução da regeneração natural que serão adotadas. Colocou a coordenadoria à disposição dos conselheiros e forneceu o e-mail de contato. O Conselheiro Leonardo Machado proferiu três perguntas. A primeira foi sobre o que motivou a ação da SEMAS e o que provocou o Ministério Público Federal para cobrar que projeto fosse executado? A segunda foi sobre qual tratamento se daria aos resíduos das podas e cortes, se seriam retirados o se seriam deixados no local como natureza morta, reavivando nos moradores a lembrança de toda a polêmica da supressão das árvores. A terceira pergunta, dentro do contexto da priorização governamental em se cuidar da restinga foi sobre que providências estariam sendo tomadas para regular a prática do *beach tennis* que impacta a restinga. Relatou que frequenta a área, de forma praticamente diária, que testemunha uma postura mais abusiva em relação à restinga, da parte dos praticantes do esporte, e que não vê, até o momento, medidas serem adotadas em relação a isso. A Conselheira Bernadete Vasconcelos desabafou sobre serem muitos os problemas ambientais a serem tratados, pediu para que toda a sua fala fosse registrada em ata, problematizou a questão de se retirar árvores em um contexto que exige preservação e plantio, problematizou a questão da eliminação drástica dos pontos de sombreamento na orla da praia, expondo crianças e pessoas economicamente vulneráveis, que não possuem condições de pagar por equipamentos de sombreamento, ao calor extremo sem proteção. Considerou não ser uma medida inteligente. Cobrou um planejamento de plantio de algumas espécies arbóreas não exóticas para não eliminar totalmente as áreas de sombreamento. Questionou também a priorização, no seu entendimento, equivocada de recursos, que deveriam, por exemplo, ser destinados à prevenção e combate aos incêndios. Denunciou a invasão da Lagoa do Vale Encantado e a urgência de se tomar providências. Disse que a revista Visão Social, frequentemente, recebe denúncias da população. Perguntou sobre como seria realizada e mantida uma logística de rega das novas mudas que seriam inseridas para a recuperação das faixas de restinga. Denunciou a retirada de

árvores do calçadão da Rui Barbosa sob alegação de sujeira de pássaros em frente às lojas. A Conselheira Jane da Conceição reiterou os apelos da fala da Conselheira Bernadete, disse que, com as retiradas de árvores do Centro, aumenta-se a irradiação de calor e as fezes de pássaros continuam sujando porque, na ausência das árvores. eles estão se empoleirando nas próprias faixadas das lojas, nas estruturas urbanas. Relatou haver uma relação de desconfiança e insegurança, historicamente construída, entre o poder público e a população. Questionou sobre a realização de um estudo sobre o impacto da supressão vegetal em relação aos morcegos. Ponderou que se deve observar que a fauna urbana está adaptada a estas árvores e que os morcegos se alojam e se alimentam nas amendoeiras. Deu o exemplo, baseado em sua observação, de que as supressões vegetais realizadas nos terrenos do entorno de sua moradia aumentaram a migração de morcegos para a sua varanda. Demonstrou também preocupação com o impacto sobre as corujas buraqueiras que moram na restinga. Fez um raciocínio na linha de que as amendoeiras poderiam ser cuidadas e melhor manejadas ao invés de serem eliminadas drasticamente. Cobrou que o poder publico publicasse no Instagram as informações de manejo trazidas pela engenheira florestal, arguindo que uma boa comunicação permite o estabelecimento de relação de confiança. A Conselheira Thayná Fernandes reforçou a importância de se melhorar a comunicação e elogiou as falas anteriores críticas à retirada de árvores. Criticou também o método da priorização da preocupação com o impacto de uma espécie exótica apenas na área nobre da cidade. Defendeu que se olhe mais para as periferias. Mostrou que estava vestida com a camisa da Conferência Nacional de Meio Ambiente, disse que naquele espaço se fazem altas discussões de previsão de planos de macrodrenagem, de urbanização, mas que, na prática, no território, a realidade é outra. Apontou que as políticas não estão integradas. Defendeu que o planejamento da cidade seja realizado de forma inclusiva e olhando para todo o território. Considerou negativa a mensagem passada pelo poder público quando se pratica o descaso com a região periférica e a atenção para com a parte nobre. Questionou o fato de Macaé receber título de cidade sustentável em um simpósio brasileiro, enquanto na periferia da cidade predomina a degradação ambiental. Reiterou a solicitação de retorno sobre as respostas cobradas das secretarias a respeito das intervenções no Canal Campo-Macaé e a cimentação das raízes das árvores. Disse entender a necessidade da remoção das árvores exóticas mas defendeu que o poder público comunique melhor a compensação que será feita. Rosana do NEA-BC explicou que tem duas filhas chamadas Letícia e Lícia e que deu os dois nomes para a árvore de cerca de 20 anos que se encontra na frente de sua casa. Explicou que a avaliação técnica de poda e corte de árvores realizada pela SEMAS demora muito e que isso faz com que moradores que não têm paciência para esperar o serviço tomem suas próprias medidas. Disse que foi por isso que a sua árvore foi envenenada. Disse que o Plano de Arborização de Macaé é muito bom e segue os padrões dos países desenvolvidos e que acredita que a cidade pode se tornar um lugar desenvolvido com um olhar especial para o meio ambiente. O Presidente do Conselho Phelipe Smith deu esclarecimentos sobre a fauna urbana. Disse que boa parte dos animais considerados urbanos não são urbanos, que são silvestres que não possuem mais o seu habitat natural original e que buscam abrigo nas estruturas urbanas. Explicou que a retirada das vegetações exóticas é essencial para a preservação da restinga, que daqui a poucas décadas pode não haver mais restinga, se nada for feito. Chamou a atenção para o fato de não haver restinga debaixo das amendoeiras e casuarinas, de haver uma gramínea que aparenta vitalidade, mas não está viva e que, quando o mar bater naquela área, e afirmou que vai bater, vai levar tudo embora. Disse que, com o pleno desenvolvimento da restinga e com espécies arbustivas bem desenvolvidas, pode-se gerar locais de sombra no futuro. A Engenheira Florestal Alessandra Veloso disse que quando falou na audiência pública usou de certa força de expressão que não deveria ser interpretado literalmente. Que entende que a audiência pública é um espaço onde deve-se expor o projeto para a população e, posteriormente, colher opiniões da população. Disse que o setor não está arbitrando cortar árvores por desejo de cortar árvores, mas por ser necessário. Disse que falhou em não quantificar a totalidade das árvores exóticas mas somente as destinadas a sair. Disse que ficaria uma quantidade razoável de casuarinas. Compartilhou a informação de que, em 2022, a coordenação teve que cumprir uma determinação do Ministério Público para suprimir a vegetação exótica na restinga da Praia Campista. Disse que a yucca havia tomado tudo. Explanou que a yucca é uma espécie mexicana que se desenvolve por raiz subterrânea, com alto poder de alastramento, e que precisa ser retirada com auxílio de retroescavadeira. Completou que após a retirada da yucca, foi

plantada espécies de restinga e houve um cercamento que permitiu a recuperação da área. Argumentou que é possível observar pelas imagens de satélite, ao longo dos anos, a velocidade de alastramento da yucca. Sobre a casuarina, disse que foi muito utilizada nas décadas de 60 e 70, principalmente em loteamentos à beira-mar, em todo o Brasil, pela sua resistência ao vento litorâneo, mas enfatizou a sua incompatibilidade com a vegetação de restinga. Respondendo à Conselheira Bernadete, Alessandra informou que a recuperação de área de restinga, feita anteriormente pela coordenação, plantou e regou as espécies e estas vingaram. Acrescentou que foram produzidas mudas na SEMAS e que estas continuam sendo produzidas, que tudo segue um cronograma previsto para ser realizado em 3 anos. Respondendo ao Conselheiro Leonardo, afirmou que os resíduos das podas e cortes serão retirados, que as árvores serão retiradas em um processo gradativo, que as ilhas de exóticas receberão um tratamento conjunto e que o método será baseado no sistema retirada-plantio. Respondeu também que a priorização da orla sul da cidade se dá devido ao fato de ser a orla mais impactada por urbanização e ressacas. Frisou que o pouco de restinga que tem em trechos da orla sul é o que está preservando a calçada das ressacas do mar e que, em alguns pontos, a restinga não está resistindo à força das ressacas. Confirmou para o Conselheiro Leonardo Machado que o projeto da SEMAS surgiu em resposta a uma provocação do Ministério Público Federal. A Conselheira Thayná Fernandes contestou a afirmação de que a orla sul é mais impactada pela urbanização e ressacas, usando como exemplo a Fronteira e o Lagomar, onde as duas formas de impacto ocorrem e onde houve um processo agressivo de supressão de restinga. Questionou sobre a integração deste tipo de projeto com os recursos destinados à restauração florestal, no montante de cerca de 250 milhões de reais, mas que está no orçamento da Secretaria de Obras. Questionou se estes recursos podem ser transferidos para a execução dos trabalhos pela Secretaria de Meio Ambiente. A Conselheira Bernadete fez uma reflexão sobre a população de descendência europeia ser considerada exótica e precisar ser expulsa do território, se colocando, ela mesma, como exótica, por ter descendência portuguesa e espanhola. Pediu garantias de que o projeto será bem executado e terá sucesso e questionou sobre outras formas importantes de cuidado com a restinga como restringir construção de parquinhos, a realização de festas de final de ano e de shows, por parte da Secretaria de Turismo, em cima da restinga. Disse que já presenciou carnavais na orla onde avalanches de pessoas com isopor, bebidas e comidas, atropelaram a restinga e as corujas. Ressaltou a importância da educação, mas disse que a educação é lenta, que as mudanças climáticas demandam mais atuação e melhor priorização das ações. A Conselheira Jane da Conceição questionou sobre a localização do estacionamento da Petrobras, na Praia Campista, que retira toda a visão da população em relação à praia, pediu detalhes sobre o processo de licenciamento ambiental daquela estrutura. O Secretário Executivo deu por encerrado o Grande Expediente e anunciou a Ordem do Dia.

Ordem do Dia: O Secretário Executivo Hélio Márcio colocou em discussão a proposta da Comissão Técnica de Educação Ambiental, com as atribuições de propor diretrizes de programas e ações para fomentar a educação ambiental no município em consonância com as políticas públicas; estimular a conscientização e participação da comunidade em temas relacionados ao meio ambiente sustentabilidade; apoiar e avaliar projetos e iniciativas educacionais e apresentar o trabalho ao Conselho; elaborar pareceres técnicos sobre propostas e demandas que envolvam a temática de educação ambiental; promover articulações entre os diversos setores para o desenvolvimento das atividades educacionais ambientais. A Conselheira Thayná Fernandes deu destaque às informações trazidas pelas conselheiras Jane e Bernadete sobre a importância da Agenda 21 para empoderar a sociedade civil nas discussões ambientais e para a formação do Escritório de Gestão, Indicadores e Metas – EGIM, que traz vários indicadores, principalmente os relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, do município, mas que, infelizmente, não representam a realidade da cidade, como é o caso dos dados apresentados da cobertura territorial de Macaé em relação à oferta dos serviços de abastecimento de água e saneamento. Defendeu que a Comissão Técnica de Educação Ambiental também atue nos eixos de gestão, orçamento, governança dos instrumentos e a na integração das políticas. Defendeu uma melhor integração da gestão com os conselheiros, para além das comunicações, e um maior esforço de inclusão de mais atores da sociedade civil no colegiado. Pontuou sobre os conselheiros poderem ter sido comunicados com antecedência para acompanhar a soltura dos micos leões dourados. O Secretário Executivo explicou que a equipe técnica responsável pela soltura

dos micos solicitou que não fosse divulgado e que houvesse o mínimo de pessoas, pelo fato de haver fêmeas grávidas, para facilitar o processo de adaptação deles e evitar a atração de caçadores e traficantes de animais silvestres. Submeteu a proposta de criação da Comissão Técnica de Educação Ambiental ao regime de votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Pontuou que o espaço da Secretaria do Conselho é um espaço que precisa ser ocupado por pessoas com capacidade de absorver críticas, que ele aceitou a função ciente disso e que se esforça para organizar o Conselho da melhor maneira possível e para atender os seus anseios. Ressaltou que, após 18 anos para se concluir um Manual de Arborização, conseguiu-se sua conclusão, com o envolvimento do Conselho. Fez referência à fala emotiva de Rosana do NEA – BC, sobre a árvore que está em frente à sua casa e disse que lhe lembrou o livro Meu Pé de Laranja Lima e o filme Chico Bento e a Goiabeira Maravilosa, que são ambos bastante emocionantes. Lembrou também das falas da ex-conselheira Virgínia Nogueira, sobre o afeto em relação às árvores próximas à sua casa. Lamentou o episódio de envenenamento e que seja algo, infelizmente, recorrente. Reforçou a importância dos conselheiros se engajarem na divulgação dos chamamentos públicos via editais. Relatou que costuma haver mobilização quando a gestão falha, mas que também é importante mobilizar em apoio, quando a gestão atua e acerta. Disse estar de acordo com a Bernadete sobre a necessidade de mais atenção às árvores e que os dados demonstram haver um *déficit* de 7.500 árvores no Centro da cidade. Fez um apelo para que os conselheiros leiam os editais e se engajem em suas divulgações, para que as ONGs e instituições universitárias se aproximem mais da gestão ambiental. Destacou que a gestão acatou as sugestões e cobranças dos conselheiros sobre incluir mais os coletivos e movimentos no processo. Disse que as cobranças dos conselheiros, às vezes, vão no detalhe e que a gestão se esforça para cumprir, na medida do possível. Respondendo ao Conselheiro Leonardo, sobre a atuação da Secretaria de Serviços Públicos, disse que houve mudança na lei das competências, com a Lei 346/2025. O Secretário-executivo lembrou que, em reunião do Conselho, sendo necessário verificar em atas se foi na terceira ou quarta, foi apresentado o organograma da Secretaria, atualizado em razão das mudanças legislativas que redefiniram as competências. Dessa forma, não há que se ter surpresa sobre o fato de determinadas ações estarem sendo executadas por Secretarias diversas, nem tampouco acerca da alocação de recursos nestas. Isso porque se trata de uma questão de natureza legal que transcende a competência específica da própria Secretaria, e é um fato de domínio público que foi formalmente trazido e debatido no Conselho. O Secretário-executivo relembrou que, desde o início da atual gestão, já havia sido apresentado um organograma, a visão e a missão institucionais, e as atribuições previstas em Lei foram devidamente abordadas. Aprofundou que tais mudanças nas competências caracterizaram a Secretaria de Meio Ambiente mais como um órgão técnico e menos como operacional, o que, *ipso facto*, também oferece subsídios para responder ao questionamento da Conselheira Thayná sobre a alocação de recursos na Secretaria de Obras. O Conselheiro Leonardo Machado disse que a fala do Secretário Executivo esclarecia a questão, mas que, independente do atual arranjo institucional, a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e o COMMADS não deveriam aceitar, de forma passiva, os desmando praticados pela Secretaria de Serviços Públicos. Insistiu que os atos de degradação ambiental praticado pelas secretarias sejam contestados e as mesmas sejam responsabilizadas pelas suas ações. Defendeu, inclusive que essa discussão seja levada para ser debatida na Câmara de Vereadores. Citou a frustração com a incapacidade do município em lidar com os incêndios, que em 2024 foram devastadores, e com todo o impasse burocrático e jurídico que obstruiu a viabilidade prática da Resolução aprovada no COMMADS que destinava recursos do Fundo Ambiental para esse enfrentamento às queimadas. Ainda em relação a este assunto, disse ter levantado e passado para o gestor o teor do Decreto 177/2024 que institui a Comissão de Monitoramento Climática no âmbito do município de Macaé. Explicou que esta comissão tem 10 integrantes, que a Secretaria de Meio Ambiente integra a mesma, e que, no artigo 2º do Decreto diz que compete a Comissão de Monitoramento Climático, no inciso 5º, "gerir os recursos colocados à sua disposição de forma eficiente, propondo a redistribuição dos mesmos com prioridade para o combate aos incêndios e a manutenção da segurança de áreas afetadas". Questionou quais seriam estes recursos e quem detém a prerrogativa de disponibilizar esses recursos para que esses objetivos aqui relatados no decreto sejam cumpridos? Questionou como estariam sendo usados estes recursos e disse não ter visto qualquer movimento e articulação neste sentido. Alertou para o fato do município estar entrando em um novo

período suscetível a incêndios, novamente sem a devida preparação para enfrentá-los. Reforçou também a necessidade da resposta sobre a degradação da restinga pela prática do *beach tennis*. A Conselheira Thayná Fernandes solicitou que fosse pedido a inclusão de representação do COMMADS na Comissão de Coleta Seletiva criada recentemente. O Presidente do Conselho Phelipe Smith esclareceu que a comissão não foi criada pela SEMAS, mas sim, pela Secretaria de Serviços Públicos, e que foi solicitado que a SEMAS indicasse 2 representantes da Secretaria. Houve o entendimento de que a Comissão era aberta, que poderia se reunir com a sociedade, mas que a solicitação deveria ser feita junto à Secretaria de Serviços Públicos. A Conselheira Thayná Fernandes retomou a sua fala e citou que estava sendo proposto que a reunião do Conselho Gestor da APA do Sana passasse a ocorrer de forma virtual, por conta das dificuldades logísticas. Solicitou que o mesmo fosse pensado em relação ao COMMADS, por conta do esvaziamento e de uma melhor disponibilização das informações e transparência. Convidou a todos para participar como voluntários do Projeto Maré Limpa e a visitar a Feira de Ciências na Escola Municipal Neuza Maria de Almeida, no dia 28 de agosto. A Conselheira Bernadete Vasconcelos cobrou a realização da prestação de contas do Fundo Ambiental, a melhora dos *feedbacks* em relação às cobranças dos conselheiros. Relatou que em Campos, há cerca de 6 anos atrás, foi contratada uma empresa do Espírito Santo, para a realização dos serviços de poda e corte de árvores e foi constatado o aumento da morte de árvores centenárias por conta de sucessivas podas mal realizadas em árvores antigas e saudáveis. Disse que fez uma apuração mais aprofundada da situação e descobriu que a empresa cobrava um valor de cerca de R$ 25.000 por cada poda realizada. Alertou para o risco deste tipo de ocorrência, onde se possa forçar podas e cortes desnecessários, visando atingir uma meta de arrecadação da empresa. Informou que, de 14 a 16 de outubro, será realizada a Feira de Responsabilidade Social, convidou a SEMAS e a todos os conselheiros para estarem presentes, participarem dos debates e apoiarem o evento. Disse que formalizaria o convite. Encerrado o tempo regimental da reunião e não havendo mais falas inscritas, o Presidente do Conselho Phelipe Smith deu por encerrada a reunião.

Encaminhamentos:

1- Solicitar participação do Secretário de Serviços Públicos na reunião do COMMADS para debater sobre a realização dos serviços de poda e corte de árvores na cidade (Solicitação do Conselheiro Leonardo Machado);
2- Diligenciar à Fiscalização e à Guarda Ambiental para que realizem ações junto aos grupos de *beach tennis* na Praia do Pecado, visando inibir invasões e pisoteios nas áreas de restinga e providenciar, com maior urgência, o cercamento destes trechos (Solicitação do Conselheiro Leonardo Machado);
3- Encaminhar à Coordenadoria de Arborização um pedido de realização de estudo para plantio de algumas árvores não exóticas na orla, visando não eliminar completamente as áreas de sombreamento na orla da Praia do Pecado, com a retirada das amendoeiras e casuarinas (Solicitação da Conselheira Bernadete Vasconcelos);
4- Diligenciar à Coordenadoria de Fiscalização e de Licenciamento que realizem operação de fiscalização e levantamento de informações, com elaboração de relatório, sobre processo de ocupação irregular do entorno da Lagoa do Vale Encantado (Denúncia da Conselheira Bernadete Vasconcelos);
5- Buscar respostas sobre encaminhamento de ofício para a Secretaria de Obras e demais órgãos responsáveis solicitando suspensão das pavimentações no entorno dos canais para correção de procedimentos que estão cimentando as áreas das raízes das árvores, o que causará graves consequências futuras (Solicitação da Conselheira Thayná Fernandes e do Conselheiro Thièrs Wilberger);
6- Diligenciar para a Comissão de Monitoramento Climático para que esta apresente um relatório sobre os trabalhos e articulações executados e sobre os recursos disponibilizados para prevenir e combater incêndios em Macaé (Solicitação do Conselheiro Leonardo Machado);

Phelipe Smith Salgado
Secretário Municipal de
Ambiente e Sustentabilidade
Matrícula 409013